

TSE divulga dado oficial apenas para embaixadas

O primeiro boletim divulgado ontem pelo Tribunal Superior Eleitoral, às 23h30, apresentava resultados apenas de 10.680 votos apurados em 19 países. Em primeiro lugar estava Fernando Collor, candidato do PRN, com 624 votos do total apurado — correspondendo a 28,70 por cento. Logo atrás estava o candidato do PSDB, Mario Covas, com 516 votos — 23,74 por cento. Em terceiro lugar, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, com 359 votos — 16,51 por cento. O candidato do PDT, Leonel Brizola, vinha em quarto lugar com 290 votos — 13,34 por cento. Em quinto lugar estava Paulo Maluf, candidato do PDS, com 116 votos — 5,34 por cento. Logo a seguir vem o candidato do PL, Guilherme Afif Domingos, com 94 votos — 4,32 por cento.

O candidato do PCB, Roberto Freire, teve 65 votos — 2,99 por cento. Ulysses Guimarães, do PMDB, ficou com 31 votos — 1,43 por cento. Aureliano Chaves, PFL, teve 18 votos — 0,83 por cento. Gabeira, o candidato do Partido Verde, ficou com 11 votos — 0,51 por cento. Ronaldo Caiado, PSD, teve 6 votos — 0,28 por cento. Marronzinho e Livia Maria conseguiram, cada um, 3 votos, que correspondem a 0,14

por cento. Manoel Horta e Enéas estavam empatados com 2 votos cada um, 0,09 por cento. Pedreira, Affonso Camargo e Eudes Mattar ficaram com um voto cada — 0,05 por cento. Zamir, Paulo Gontijo, Armando Corrêa e Celso Brant não receberam nenhum voto.

O eleitorado no exterior é de 18.492, o total divulgado neste primeiro boletim correspondia a 57,75 por cento do total. O percentual de comparecimento foi baixo, apenas 20,36 por cento. O número de abstenções correspondeu a 79,64 por cento.

O presidente do TSE, Francisco Rezek, disse que a demora para divulgação dos dados parciais se devia à “extrema segurança e prudência com que os dados transitam no TSE”. Por este motivo, de acordo com Rezek, os dados divulgados “resultam no menor número do que o apurado pela imprensa”. Rezek não queria divulgar os primeiros números por considerar que eles eram muito pequenos e o tribunal não queria permitir dados que pudessem “produzir reações falaciosas”. O medo do TSE era de que a primeira parcial permitisse projeções que não representassem a realidade dos resultados apurados em todo o território nacional.